

RELAÇÕES SOCIAIS INTERSECCIONAIS DE RAÇA/ETNIA, GÊNERO, SEXUALIDADE E CLASSE: ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA ABEPSS

Magali da Silva Almeida

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia - quilombola_rio56@yahoo.com.br

Matheus Mello de Santana

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia - teeumello@live.com

Resumo

Apresentamos o resultado parcial de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, vinculada ao Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) da ABEPSS, “Serviço Social e Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade”. O recorte analítico tem como referência os trabalhos inscritos no ENPESS de 2014 e 2016, vinculados às ênfases “Raça e Etnia” e “Sexualidades, identidades de gênero e direitos”, com vistas a contribuir para a sistematização do Estado da Arte da produção intelectual sobre relações sociais interseccionais “raça”/etnia, gênero, sexualidade e classe.

Palavras-chave: Relações interseccionais, raça/etnia, gênero, diversidade sexual, ABEPSS.

Introdução

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), após um amplo debate nacional delibera no XII ENPESS, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 2010, pela criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP). Esses grupos são espaços importantes de reflexão, crítica, produção e circulação do conhecimento. Dentre outros objetivos, destacam-se a articulação entre as pesquisas realizadas nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas importantes para a área, bem como o estímulo e fortalecimento das instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas visando a ampliação da democracia e dos direitos no Brasil. Atualmente a ABEPSS conta com 7 GTPs, dentre os quais o GTP denominado: “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, geração e sexualidades” sobre o qual a presente investigação incide. Deste GTP, fazem parte 4 eixos, denominados “ênfases”, a saber: ênfases de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades.¹

Este estudo tem por objetivo apresentar o resultado parcial de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica em andamento, dos trabalhos inscritos no ENPESS de 2014 e 2016²,

¹ A ênfase *Geração* a partir de 2016 se constituiu em um novo GTP.

² A pesquisa recorta o período histórico de 2010 a 2016. Nesse período foram realizados 4 ENPESS: i) XII ENPESS, 06 a 10 de dezembro de 2010, Rio de Janeiro/UERJ, Tema: *Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?*; ii) XIII ENPESS, 05 a 09 novembro de 2012, Juiz de Fora/UFJF, Tema:

vinculados às ênfases “Raça e Etnia”, e “Sexualidades, identidades de gênero e direitos” do GTP “Serviço Social e Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade”. Nosso intuito é identificar as produções acadêmicas que utilizam a abordagem interseccional de raça, gênero e sexualidades, com vistas a contribuir para a sistematização do estado da arte da produção intelectual do serviço social nesses encontros, no que concerne à população LGBT³. Pretendemos nesse momento fazer uma análise quantitativa dessa produção.⁴ Sendo assim, o presente artigo se propõe identificar na bibliografia pesquisada, as produções científicas que procuram interpretar criticamente “homossexualidade e raça” sob a perspectiva interseccional e se essa abordagem tem sido adotada pelos/as pesquisadores/as de serviço social.

Metodologia

A) Ciência, Diversidade Sexual, Raça e Classe: a construção teórico-metodológica

A construção de um objeto de pesquisa, antes de se constituir uma ação neutra, é carregada de valores, crenças e concepções teórico-práticas que orientam a escolha do objeto a ser investigado. Em nosso entendimento é uma construção social atravessada por visões sociais de mundo.

Para Marx *apud* Löwy (1985, p. 95) “quem cria as ideologias são as classes sociais: o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais”. Os criadores das ideias, das visões sociais de mundo, das teorias, são as classes sociais mas quem as

Serviço Social, Acumulação Capitalista e Lutas Sociais: o Desenvolvimento em Questão; iii) XIV ENPESS, 30 de novembro a 04 de dezembro de 2014, Natal/UFRN, Tema: *Lutas Sociais e Produção do Conhecimento: Desafios para o Serviço Social no Contexto da Crise do Capital*; iv) XV ENPESS, 04 a 09 de dezembro de 2016, Ribeirão Preto/Centro de Convenções de Ribeirão Preto, Tema: *Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. O recorte histórico (2014 e 2016) justifica-se pelo o acesso e disponibilidade das fontes primárias analisadas (anais e CD-ROM) em Salvador, além do tempo para a realização da pesquisa. Os encontros de 2010 e 2012 serão analisados *a posteriori*.

³ Nos apropriamos da explicação de JESUS (2015) no que se refere a sigla LGBT que a considera, “acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTTT, incluindo as pessoas transgênero/*queer*. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas *queer* e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Travesti, Transexuais, Queer, Instersexuais e Assexuais)” (p. 102).

⁴ Esta pesquisa encontra-se na fase exploratória. Na próxima etapa pretende-se realizar a análise qualitativa da bibliografia tendo em vista, conhecer se as particularidades e expressões das violências que atingem a população LGBT negra no Brasil, as quais resultam da imposição do padrão de desenvolvimento econômico capitalista. Este padrão produz desigualdades sociais, com base na exploração/ opressão da classe trabalhadora que subjugada à supremacia branca (heterossexista, racista e homolesbotransfóbica), é subalternizada a um sistema de exploração/de opressão e assimetrias entre os/as sujeitos sociais pertencentes à população LGBT ou não, com base nos marcadores de raça, gênero e classe.

sintetiza e dão forma de teoria são os representantes políticos ou literários da classe. Além destes Löwy (1985) aponta os representantes científicos, ou seja, aqueles que constroem a ciência a partir dos interesses de uma dada classe social.

Para Marx, as visões de mundo, as ideologias e a superestrutura não configuram ideais isoladas mas um conjunto orgânico, “uma maneira de pensar”. Essa é a expressão de Marx para caracterizar a visão de mundo ou a ideologia pequeno burguesa. A preocupação teórica na tradição marxiana também engloba como questão, não exclusivamente o Estado, a propriedade privada, mas também, ressalta como preocupação “uma certa maneira de pensar”. O que significa conceber que há no pensamento pequeno burguês um limite no horizonte intelectual de seus representantes políticos e literários (e científicos) que não conseguem superar (LÖWY, 1985, p. 95-96).

Considerando o conjunto da produção no âmbito das ciências sociais e humanas optamos pelo legado da teoria social crítica que representa uma perspectiva teórico-metodológica sintonizada com o movimento concreto da realidade histórica na ordem capitalista. Na cena contemporânea de ataque aos direitos sociais e uma intervenção mínima do Estado sob a égide dos princípios neoliberais requer de nós pesquisadores/as uma atitude intransigente e radical em defesa dos Direitos Humanos. A luta antirracista, feminista e anti-homofóbica exige um referencial teórico que não apenas analise criticamente a realidade em seu movimento contraditório, mas a partir dessa análise garanta a construção de táticas e estratégias para transformá-la radicalmente. Segundo TONET (2012, p. 2-3)

O nascimento da teoria social propriamente dita é marcado por uma profunda contradição. A sociedade burguesa, pela sua própria natureza, de um lado possibilita e, de outro, põe obstáculos, à compreensão da realidade social como plenamente social, isto é, como resultado exclusivo dos atos humanos. Deste modo, a sociedade burguesa põe a possibilidade de serem trilhados dois caminhos na produção do conhecimento científico. O primeiro, que leva a uma compreensão, de alguma forma, manipulatória da realidade social. O segundo, que leva a uma compreensão radicalmente crítica dessa mesma realidade.

Retomando a questão central do artigo, cabe destacar que a produção de conhecimento sobre diversidade sexual no serviço social é recente e restrita ao próprio núcleo de pesquisadores/as do campo científico e político. Em grande medida, quase que exclusivamente a produção científica sobre diversidade sexual vem sendo conduzida através de pesquisas engajadas. Superar os nichos de saber/poder é o grande desafio da pesquisa científica hoje e requer dos/as pesquisadores/as ativistas transversalizar a questão étnico-racial, de gênero e sexualidades na análise das expressões da questão social, com vistas a construção de ações políticas no campo profissional, nas organizações da classe trabalhadora e no movimento social que envolvam as populações negras, os povos

indígenas e as mulheres, em todos os ciclos de vida que são atingidas pelo preconceito e discriminação orientados por concepções racistas, sexistas e lesbohomotransfóbicas. Essa perspectiva apreende a realidade em uma perspectiva de totalidade social que para TONET (2002), demanda do pesquisador/a uma postura que pretende conhecer e interpretar radicalmente a ordem burguesa. Não cabe nessa proposição análises parciais e isoladas dos fenômenos sociais. Ao contrário, essa concepção visa “compreender cada fenômeno como parte de uma totalidade, como momento de uma processualidade histórica e social; apreender, em cada fenômeno, a articulação entre essência e aparência, as mediações, as contradições que permeiam toda realidade social” (p. 09).

B) Técnica de coleta e análise de dados

O mapeamento da produção acadêmica sobre “Raça”/Etnia, e Sexualidades, Identidade de Gênero” foi realizado através de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, denominado no campo científico de “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” (Ferreira apud ALMEIDA, 2011, p 1). O objeto do estudo são o conjunto dos trabalhos inscritos sob a forma de comunicação oral, mesas coordenadas e pôsteres nos ENPESS nos anos de 2014 e 2016. O presente estudo realiza a análise quantitativa desses trabalhos e procura identificar aqueles que utilizam a abordagem interseccional de “raça e sexualidades” registrados nos ANAIS dos ENPESS em forma digital (CD ROM), bem como nos cadernos impressos da programação científica. Até o presente momento, só foi possível acesso aos documentos referentes aos anos de 2014 (ENPESS realizado em Natal, RN) e 2016 (ENPESS realizado em Ribeirão Preto, SP). Devido à dificuldade de acesso a série histórica dos ENPESS desde a criação dos GTPs em 2010, nos limitamos analisar os eventos supracitados. Para cotejamento dos trabalhos publicados nos anais foram selecionados aqueles registrados nas ênfases ligadas ao GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades” e posteriormente feita a busca no CD-ROM.

Resultados e Discussão

O debate e reflexões sobre sexualidade, diversidade sexual e dos direitos LGBT, no âmbito do serviço social é recente. Irineu (2014 p. 195) nos convida a pensar sobre as conquistas do conjunto CFESS/CRESS, materializadas nas resoluções 489/2006 e 615/2011 que veda conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e a que garante o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos profissionais, respectivamente, como uma dimensão da

luta por direitos. A autora ressalta, na história da consolidação do campo, a inserção do grupo de trabalho “gênero, raça/etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em 2004 expande as possibilidades de afirmação.

Outros apontamentos históricos, de igual importância, foram citados por DUARTE (2014, p.79). O autor enfatiza o Encontro Nacional de Estudantes (ENESS), realizado em 1986 na cidade do Rio de Janeiro, que pela primeira vez a abordagem das sexualidades ganha visibilidade pelo protagonismo do movimento estudantil da época.

Composto também por lésbicas e gays, esse movimento inaugurou, no cenário nacional, em conjunto com outras pautas importantes à conjuntura da época, o referido debate, com as presenças à mesa de uma feminista, uma prostituta e um gay, todos militantes históricos² que propunham inserir a questão da sexualidade na luta pela democratização em curso no país. Anos mais tarde, no século XXI, vemos esse debate acontecer em outro evento nacional da categoria profissional de assistentes sociais, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual, em sua última edição, repetiu determinado enfoque primordial sobre a diversidade sexual (p.79)

No entanto, dialogando com Almeida *apud* DUARTE (2014) ressalta que, mesmo de maneira tímida, houve aumento de produções acadêmicas na forma de comunicações orais, no interior do CBAS. Além dos congressos brasileiros a temática aparece

[...]nos últimos encontros nacionais de pesquisadores de serviço social – ENPESS –, quando culminou na organização do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades. (Idem, 79)

Todavia, a discussão da opressão racial sobre a vivência da sexualidade e identidade de gênero da população LGBT, somente será abordada no serviço social em 2006, de forma pioneira, por Regina Coeli Benedito dos Santos na defesa de dissertação intitulada *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras do Rio de Janeiro*. Essa dissertação foi apresentada ao Programa de estudos pós graduados em política social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. O trabalho teve por objetivo é examinar o processo de organização das mulheres negras lésbicas no Rio de Janeiro e apresentou como hipótese que a organização das mulheres negras lésbicas decorre da dificuldade de discussão dos temas raciais e sexuais em dois movimentos sociais: o movimento negro e o movimento feminista. A segunda publicação surge após 5 anos discutindo masculinidade, raça e sexualidade. Joilson Marques Junior publica em 2011 na Revista Em Pauta artigo intitulado *Notas sobre o itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros*, no qual realiza revisão bibliográfica acerca da

questão racial e homossexualidade. Segundo o autor “a experiência singular da homossexualidade negra, deslocada do lugar reservado a identidade negra ou identidade gay, produz contextos diferenciados de preconceito e discriminação” (p.183). Uma das conclusões do autor foi perceber que a bibliografia mapeada não toma como central a temática da homossexualidade negra, a exceção do artigo de Luiz Mott intitulado *Escravidão e Homossexualidade* publicado em 1986 em coletânea coordenada por Ronaldo Vainfas sob o título *História e Sexualidade no Brasil*. Por fim, citamos o artigo de Sandra Regina de Souza Marcelino intitulado *Trajetória de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez*, publicado em 2012 na coletânea *Outras Mulheres*, organizadas por Denise Pini Rosalem da Fonseca e Tereza Marques de Oliveira Lima.

Resultados

Em 2016 foram inscritos no ENPESS 917 trabalhos e no encontro de 2014, um total 1.043 inscrições. A análise parcial apresenta um crescimento do número de trabalho da ênfase de sexualidade e raça, apesar do número absoluto de trabalhos inscritos na modalidade “comunicação oral” no último ENPESS tenha reduzido, conforme tabela infracitada.

TABELA 1 – TRABALHOS APRESENTADOS NA FORMA DE COMUNICAÇÃO ORAL

Ano	Quantitativo	Gênero		Raça/Etnia		Geração		Sexualidades		Total do GTP
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
2014	921	59	6,4	23	2,4	31	3,3	8	0,8	121
2016	799	43	5,3	28	3,5	20	2,5	27	3,3	118
Total	1720	102	11,7	51	5,9	51	5,8	35	4,1	239

Fonte: Dados levantados pelos pesquisadores nos Anais dos ENPESS de 2014 e 2016

No que tange aos trabalhos apresentados sob a forma de pôster, observamos que houve crescimento em termos absolutos do número de trabalhos nas ênfases de gênero, raça/etnia e sexualidades inscritos nessa modalidade, o que confere um crescimento ainda que de forma tímida nas mesmas. A tabela abaixo expressa essa tendência.

TABELA 2 – TRABALHOS APRESENTADOS NA FORMA DE PÔSTERES

Ano	Quantitativo	Gênero		Raça/Etnia		Geração		Sexualidades		Total do GTP
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
2014	102	6	5,8	2	1,9	16	15,6	1	0,9	25
2016	85	9	10,5	5	5,8	7	8,2	2	2,3	23
Total	187	15	16,3	7	7,7	23	23,8	3	3,2	48

Fonte: Dados levantados pelos pesquisadores nos Anais dos ENPESS de 2014 e 2016

Finalmente, a análise quantitativa das mesas temáticas coordenadas, expressam um avanço da produção de conhecimento de todas as ênfases, exceto a ênfase de geração que não apresentou nenhuma proposta nos 2 ENPESS estudados.

TABELA 3 – MESAS TEMÁTICAS COORDENADAS

Ano	Quantitativo	Gênero		Raça/Etnia		Geração		Sexualidades		Total do GTP
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
2014	20	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5	01
2016	33	2	6	1	3	0	0,0	1	3	04
Total	53	2	6	1	3	0	0,0	02	8	05

Fonte: Dados levantados pelos pesquisadores nos Anais dos ENPESS de 2014 e 2016

No que concerne a intersecção entre *raça* e sexualidade na análise das desigualdades sociais da população LGBT não foi registrado nenhum trabalho sobre homossexualidade, gênero e negritude⁵, envolvendo lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros nos anais do ENPESS. Isso demonstra a invisibilidade da temática na área do serviço social. Marques Junior (2011) salienta que toma corpo no final dos anos de 1970, a organização de um movimento gay em torno de uma identidade que referencia homens brancos e de classe média. Esse fato é ratificado por Fry e MacRae *apud* Marques Junior (2011, p. 185) assevera que

Mesmo o movimento gay representando um avanço na luta por direitos, ele se constituía com regras impostas 'de fora para dentro'. E ainda, assumia frequentemente posições

⁵ Nos interessa nesse trabalho demarcar a identidade étnico-racial negra, aqui considerada o somatório daqueles/as que se auto declaram pretos/as e pardos/as de acordo com o IBGE. A homossexualidade indígena não será contemplada para efeitos deste estudo.

opressoras a partir do estabelecimento de padrões estéticos e de consumo, que deixam de fora os não brancos, os sujeitos pertencentes às classes populares, entre outros.

Nestes termos, concordamos com Marques Junior (2011) que embora não possamos “afirmar que o movimento gay é racista, não se pode furtar ao fato de tais práticas perpassam sua construção” (p. 185).

O início do século XXI presenciou um dos maiores eventos internacionais promovido pelas Nações Unidas que impulsionou o debate antirracista no mundo proporcionando novas alianças em termos de combate ao racismo, a xenofobia e discriminações correlatas. A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, África do Sul consagrou o combate ao racismo como uma das principais preocupações do Estados-Nações vinculados a ONU e considerou a escravidão como crime de lesa humanidade. Neste evento foi organizado foi um encontro sobre racismo, discriminação, intolerância à diversidade sexual, além de ter sido fomentador de um painel sobre racismo e homofobia. “Desde aquele momento tem se dado a construção de grupos políticos específicos para negros LGBTs e a criação de núcleos dentro dos grupos já existentes para discutir a questão dos ‘Afro-LGBTs’” (MARQUES JUNIOR, op. cit., p. 185).

Marcelino (2012) aponta a invisibilidade sofrida pelas mulheres negras lésbicas no movimento negro e no movimento feminista, justificando que neste, as mulheres negras eram vitimadas pelo racismo, principalmente, devido a lesbianidade, expressão não como parte do universo feminino. No movimento negro essas questões eram acentuadas devido ao machismo. Essa dupla discriminação potencializou a inserção da agenda das mulheres negras lésbicas no movimento negro, assim como, no movimento feminista.

A entrada das mulheres negras no movimento feminista e das mulheres negras lésbicas no movimento negro, tornou-se um campo de tensão no qual, se por um lado há um racismo implicado dentro do grupo de mulheres, por outro, a questão da (homo)sexualidade dessa mulher negra a coloca numa situação de ‘desonra’ à cor e raça (MARCELINO, 2012, p. 164).

A questão da homossexualidade não é nova para o movimento de mulheres negras e suas dores e silenciamentos foram pautados por Lélia Gonzalez ao se referir as “minorias silenciadas”, para esta autora, a luta das mulheres negras e dos homossexuais foram sendo construídas ao longo da história da luta por direitos no Brasil e conquistaram direitos para discutir e contemplar suas especificidades nos congressos.

Conclusões

Ainda é ínfima a bibliografia sob a perspectiva interseccional na análise das desigualdades raciais e de gênero da população LGBT no serviço social. A análise da produção científica dos ENPESS em tela não identificou nenhum trabalho sobre “homossexualidade, raça e gênero”. Essa realidade demonstra que ainda precisamos fortalecer a formação e o exercício profissional na perspectiva de identificar a funcionalidade do racismo e da homofobia para homens e mulheres negras e as opressões inerentes na reprodução das desigualdades, com vistas a formulação de políticas públicas para o combate a todas as formas de discriminação em conformidade com os dispositivos ético-políticos do serviço social. E ainda, inserir na agenda das entidades da categoria essa temática. A partir dessa lógica é possível perceber a necessidade de dialogar acerca da sexualidade atribuída aos negros e negras ou como afirma Marques Junior (2011) à hipersexualização dos negros/as [grifo nosso].

Em trabalho anterior Almeida (2017) afirma que na sociedade capitalista não há como desvincular formas de opressão e de violação de direitos da natureza da exploração da força de trabalho. Não é possível pensar a diversidade sexual sem a devida análise do racismo, do machismo, da misoginia e LGBTfobia e como estas expressões da assumem expressões variadas no mundo privado. A autora alerta que as estatísticas no Brasil não têm sido suficientes para sensibilizar a sociedade dos efeitos nefastos do racismo e discriminações correlatas produzidas pelo preconceito e as múltiplas discriminações institucionais e estruturais.

O Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil de 2014, registra os seguintes dados da vitimização da população LGBT,

326 mortes gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo 9 suicídios. Isso significa que a cada 27 horas acontece um assassinato. Esse quadro demonstra que ocorreu um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior. O Brasil é campeão mundial de crimes motivados pela homotransfobia, segundo agência internacional, ou seja 50% do total de assassinatos de transexuais no ano passado foram cometidos no Brasil, dos 326 mortos, 163 eram gays, 134 travestis, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 amantes de travestis (T-lovers); 7 heterossexuais por que foram confundidos com gays ou por estarem em circunstâncias ou territórios homoafetivos (ALMEIDA, 2017, p. 42-43)

E, ainda, o mesmo relatório não apresenta dado raça-cor desagregado, o que nos leva a concluir que a presença negra nesse cenário não fugiria à regra dos dados oficiais.

Referências

ALMEIDA, M. da S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argum.** Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017.

_____. Mapeamento da produção acadêmica sobre ação afirmativa no Brasil. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. p.1-12.

DUARTE, M. J. de O. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania Lgbt em cena. **Temporalis. Serviço Social, Relações De Exploração/Opressão De Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.** Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XIV. 2014, Natal. **Anais.** Natal. UFRN: 2014.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XV. 2016, Ribeirão Preto. **Anais.** Ribeirão Preto. Centro de Convenções de Ribeirão Preto: 2016.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporalis. Serviço Social, Relações De Exploração/Opressão De Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.** Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014.

JESUS, J. G. de. **Homofobia:** identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

LÖWY, M. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCELINO, S. R. de S. Trajetória de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez. FONSECA, D. P. R; LIMA, T. M. de O. (Orgs) In: **Outras mulheres:** mulheres brasileiras ao final da primeira década do século XXI. Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2012. p. 161-178.

MARQUES JUNIOR. J. S. Notas sobre o itinerário bibliográfico: onde estão os homossexuais negros. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.** v.9, n.28, p.183-194.

Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil. Grupo Gay da Bahia. Disponível em <<http://pt.calameo.com/read/004650218f17f4d3d773e>> Acesso em 30 de março de 2017.

SANTOS, R. C. B. dos. **Raça, sexualidade e política:** um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao Programa de estudos pós graduados em política social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. 127 p.

TONET, I. **Teoria social crítica:** do que se trata? Maceió, 2012. Disponível em <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Teoria_social_critica.pdf> Acesso em 25 ago. 2017.